

## A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

MANUEL CORREIA DE ANDRADE <sup>1</sup>

### I. INTRODUÇÃO

Analisando-se a situação atual da geografia brasileira, observa-se que ela é uma das mais ativas que temos conhecimento, de vez que ela é ministrada em nível superior e em nível de pós-graduação em dezenas de universidades situadas nos mais diversos pontos do país; os geógrafos contribuem com uma vasta produção científica, em livros, em revistas especializadas e não especificamente geográficas, realizam seminários, congressos e reuniões científicas várias vezes por ano e em pontos diversos do território nacional. Além disto, participam, ativamente, contribuindo com trabalhos que são apresentados em congressos e simpósios internacionais e desenvolvem trabalhos de planejamento e de consultoria em órgãos públicos e privados. Os congressos e encontros promovidos pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), reúnem milhares de participantes não só geógrafos como especialistas de disciplinas afins e estudantes; a Associação Nacional de Pesquisa em Geografia (AMPEGE) também realiza congressos bianuais, com grande participação e elevadas discussões científicas e, nos encontros latino-americanos de Geografia, realizados geralmente de dois em dois anos, a delegação brasileira é das mais numerosas, muitas vezes suplantando 50% dos participantes, como ocorreu em Buenos Aires, em 1997.

Partindo destes pressupostos, podemos refletir como a geografia, ciência que existe desde os tempos mais antigos, mas que se estruturou de forma acadêmica a partir da segunda metade do século XIX, teve um desenvolvimento tão expressivo no país; como, em um país com tradições universitárias relativamente recentes, pôde esta ciência despertar tão grande interesse, atingindo os limites que atingiu? Quais as razões e os rumos do simples conhecimento geográfico ou a percepção das paisagens geográficas que levaram os estudiosos e pessoas observadoras a estruturar e construir um conhecimento científico?

---

<sup>1</sup> Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco. Director do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA). E-mail: Correia@FUNDAJ.gov.br

Quais as relações que existem entre os textos produzidos desde o «descobrimto» – Carta de Pero Vaz de Caminha – ainda no século XV, e os modernos estudos geográficos, as teses acadêmicas, os ensaios e os livros atualmente produzidos?

Necessitamos definir como deve ser entendida a palavra «construção», derivada do verbo construir? Ao nosso ver devemos levar em conta que nada se encontra construído de forma definitiva e estática na superfície da Terra, sobretudo no campo do saber. Uma construção nunca alcança o fim para que foi estabelecida, já que o próprio processo de construir faz com que se vá modificando o que se planejou e antes que atinja o fim desejado, este vai se ampliando e se transformando. O saber científico está sempre em uma perpétua ebulição, com novas descobertas e novos desafios e, conseqüentemente, novas modificações e sugestões a serem desenvolvidas. Daí pensarmos que, no caso específico da geografia brasileira, há uma contínua sucessão de metas a serem atingidas e de meios a serem utilizados para atingir estas metas. Daí também a necessidade que se tem de, ao mesmo tempo que se reflete e se escreve sobre geografia, se refletir e se escrever sobre o pensamento geográfico e a sua evolução, com menor ou maior interação com as outras ciências naturais e sociais.

Na análise desta construção que vamos tentar fazer, procuraremos periodizá-la em fases que não são delimitadas no tempo por que, em geral, duas fases se interpenetram, iniciando-se uma antes que a outra tenha sido concluída.

Admitimos que se sucederam, no Brasil, abstraindo-se as crônicas do período colonial e os ensaios do período imperial, as diversas fases que se seguem: a dos precursores da geografia acadêmica ou científica, a dos geógrafos chamados geralmente de clássicos e a dos geógrafos modernos. Esta última, por ser a mais recente, ocorrida no período em que a produção geográfica foi maior, compreende várias correntes como, entre outras, a teórica, a marxista, a da percepção, a ambientalista e a de outros grupos neo-positivistas e dialéticos de menor expressão. É interessante analisar cada uma destas fases para melhor se compreender a geografia brasileira nos dias atuais.

## II. OS PRECURSORES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Podemos considerar como precursores da geografia científica no Brasil, autores que publicaram, nas três primeiras décadas do século XX, livros especificamente de geografia ou livros de análise do meio ambiente e das paisagens de grande interesse. Dentre os precursores podemos destacar figuras como Raimundo Lopes, que escreveu um ensaio notável sobre o Maranhão (LOPES, 1970) e depois um livro quase didático de Geografia Humana, que ele chamava, como Ratzel, de Antropogeografia, baseado em curso que ministrou sobre a matéria no Museu Nacional. Também foi notável a contribuição dada por Agamenon Magalhães ao escrever, em 1921, a sua tese de candidato à Cátedra

de Geografia Geral do Ginásio Pernambucano, sobre o Nordeste Brasileiro, onde analisou a região à luz dos ensinamentos dos maiores geógrafos do seu tempo, sobretudo franceses (MAGALHÃES, 1970). Nesta época já se tinham difundido no Brasil idéias de geógrafos franceses, como Elisée Reclus e Vidal de la Blache. Convém salientar que o barão do Rio Branco, nos fins do século XIX, colaborou na Geografia Geral do mestre francês (Elisée Reclus) com o tomo sobre o Brasil.

No Rio de Janeiro, destacou-se um grupo de estudiosos da realidade brasileira, profundamente influenciado pelas idéias de Frederico Ratzel e que teve como maior expoente o geo-político Everardo Backauser, que combatia o sistema federativo e que, para inviabilizá-lo, defendia que se fizesse uma nova divisão territorial do país, que contrariasse as tradições existentes. Estas idéias deram origem a uma proposta semi-oficial, formulada por Teixeira de Freitas quando influente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado no governo Vargas em 1939 (FREITAS, 1941).

Dentre os precursores da moderna geografia brasileira destaca-se a figura exponencial que foi Delgado de Carvalho; brasileiro, nascido na França e lá diplomado em ciências políticas, retornou ao Brasil onde se fixou, tendo sido o introdutor dos métodos de pesquisas geográficas francesas e do interesse pela geografia regional. Na época, discutia-se nas universidades francesas a natureza e as características das regiões. Após o seu livro básico – O Brasil Meridional – publicado em 1910, Delgado de Carvalho voltou-se para o ensino e a metodologia de pesquisa geográfica, tornando-se o primeiro geógrafo brasileiro (CARVALHO, 1910).

Nas décadas de Vinte e de Trinta, os militares, preocupados com o crescimento econômico argentino, com a sua consolidação e com a disputa de espaço e de influência com o Brasil, intensificaram os estudos da geografia brasileira. Esta preocupação se voltava sobretudo para o Prata, em face do controle que Buenos Aires exercia sobre o Paraguai e da expansão ferroviária da Argentina em direção à Bolívia. Era uma área de disputa que gerou no Brasil a chamada «marcha para o Oeste» e uma política rodoviária visando ligar São Paulo e o Rio de Janeiro aos pontos mais distantes do território nacional e às capitais de países vizinhos. Nesta linha de pensamento se encontram os livros de Cassiano Ricardo (RICARDO, 1940) e de Mário Travassos (TRAVASSOS, 1947).

A Revolução de Trinta, com a procura de novos caminhos para o Brasil, e a disputa política entre o comunismo e o fascismo, despertaram uma grande preocupação com os estudos brasileiros; são desta época numerosas obras sobre o país que não eram geográficas ou não tinham preocupações deste tipo, mas que trouxeram uma contribuição da maior importância para o conhecimento do país. Dentre elas, Antônio Cândido (CÂNDIDO, 1962) destacou três livros: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior.

No seu livro, Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1936), com grandes preocupações culturais, procurou analisar a formação brasileira enfatizando

sobretudo o caráter do homem, que ele considerava como cordial. Em livros posteriores, ele analisou problemas como o da ideologia dos conquistadores e o processo de expansão brasileira, sobretudo desenvolvido pelas expedições monçoneiras.

Gilberto Freyre, antropólogo de formação, iniciou as suas atividades na década de Vinte com a defesa da cultura regional, nordestina, desenvolvendo preocupações de ordem histórica e também ecológicas. Continuou os seus estudos com a «História da Sociedade Patriarcal», salientando a grande importância da contribuição negra à formação da mesma (FREYRE, 1943). No livro seguinte (FREYRE, 1951), ele mostrou as transformações sofridas por esta sociedade com o desenvolvimento da vida urbana, mas dando ênfase às marcas deixadas pela mesma ao se desenvolver o sistema capitalista. Em um livro síntese, Nordeste (FREYRE, 1951), ele faz uma análise, ecologicamente muito comprometida, da forma de apropriação da terra pelo homem branco, do colonizador e dos colonizados com o meio em que viviam e onde desenvolviam a cultura da cana de açúcar. Em fase posterior ele, sem se desligar de suas raízes, desenvolveu o estudo sobre a civilização tropical e as formas de apropriação do trópico pelo homem branco (FREYRE, 1961).

Caio Prado Júnior, que desde a juventude adotou a filosofia marxista; embora sendo militante do Partido Comunista do Brasil, não aceitou os princípios dogmáticos impostos pela Internacional Comunista; usando o marxismo como um método e não como uma doutrina, iniciou-se com um estudo sobre a evolução brasileira (PRADO JÚNIOR, 1933) e continuou com uma obra fundamental sobre o Brasil dos fins do século XVIII (PRADO JÚNIOR, 1943). Nesta obra ele analisou a situação de colônia e condenou as interpretações de vários autores que admitiam ter o Brasil sido colonizado sob um sistema feudal; para ele a colonização já era fruto do capitalismo comercial em sua expansão extra-européia. Ao fazer esta análise ele aprofundou as suas observações sobre as características geográficas e geoeconômicas de várias áreas e regiões do Brasil, mostrando que, no estágio de desenvolvimento em que o Brasil se achava, a sociedade dependia consideravelmente da influência do meio natural.

A contribuição destes três ensaístas foi fundamental à análise da geografia brasileira e do território do país.

### III. A GEOGRAFIA CLÁSSICA

A geografia hoje chamada de clássica, de tradicional e, nos anos Quarenta, de científica, surgiu da necessidade de conhecimento e de mapeamento do território nacional, em conseqüência da inquietação que atingiu todos os setores do conhecimento, após a Revolução de Trinta. Esta década foi marcada pela fundação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal (Rio de Janeiro), depois chamada do Brasil, quando a geografia começou a ser ministrada em curso próprio, a nível superior. A estas universidades seguiu-se a fundação do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que recrutou geógrafos formados por estas universidades e especialistas diplomados em outras áreas e que vinham trabalhando com geografia, estatística e com cartografia.

Foi um período em que os geógrafos se insurgiram contra a geografia, então considerada tradicional, muito descritiva e preocupada com a nomenclatura.

Este movimento de renovação foi influenciado sobretudo por geógrafos franceses, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan que, acompanhados por brasileiros, como Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, José Veríssimo da Costa Pereira e Josué de Castro, começaram a desenvolver estudos de campo e pesquisas que consolidaram o conhecimento geográfico de caráter científico no país. Como o território brasileiro era pouco conhecido, dominaram sobretudo os estudos monográficos, quase sempre voltados para o rural ou para o urbano, considerados praticamente como dois mundos antagônicos. O ensino da geografia em nível secundário também sofreu uma lenta transformação com o uso de temáticas francesas, sobretudo nos livros de Aroldo de Azevedo.

Nesta fase, a contribuição de Josué de Castro foi das mais importantes por que ele levantou e aprofundou a análise de problemas que antes dele eram negados ou esquecidos no Brasil, como os da fome. Em seu livro clássico (CASTRO, 1945), ele não só caracterizou a dependência que o brasileiro vivia da subnutrição, como fez uma análise regional, onde indicava os tipos de fome e as suas causas nas várias regiões do país. Em seguida, ampliou as suas observações estendendo-as à superfície da terra, dando ênfase ao mundo subdesenvolvido.

Enquanto as universidades tratavam da formação de professores e de pesquisadores, o IBGE, como órgão de governo, orientava a padronização das estatísticas nacionais, a elaboração do mapa do Brasil ao milionésimo e tentava a realização de uma política de transformação e de integração do território.

Foram realizados estudos sobre a divisão regional do Brasil, sob a orientação de Fábio de Macedo Soares Guimarães (GUIMARÃES, 1941), de transferência da Capital Federal para o Planalto Central do Brasil, com a participação de Francis Ruellan, de uma política de expansão territorial, com a chamada «Marcha para o Oeste» e a análise das áreas de colonização do Sul do país. Durante algum tempo, sobretudo em sua fase inicial, houve uma preocupação com o problema, muito discutido anteriormente, da redivisão política e territorial do país.

Além do IBGE, das universidades citadas e de outras que foram surgindo, teve grande atuação ainda a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundada por Pierre Deffontaines, em São Paulo, e que, até 1970, se reunia em cidades previamente escolhidas onde eram feitas pesquisas rápidas na área em que estava sediado o conclave, com debates de teses e comunicações apresentadas pelos participantes. Durante anos a AGB funcionou quase como um centro de pós-graduação para geógrafos recém-formados.

Nas décadas de Quarenta e Cinquenta, foram produzidos ensaios da maior importância, onde se destacaram geógrafos como Orlando Valverde – Geografia agrária –, Aroldo de Azevedo – ensino da geografia –, João Dias da Silveira e Gilberto Osório de Andrade – geografia física –, Aziz Ab Saber – geomorfologia e estudos do meio ambiente –, Araújo Filho – geografia do café e geografia portuária –, Pedro Geiger – geografia humana –, Ary França e Pasquale Petoone – geografia agrária –, Mário Lacerda de Melo – geografia da região açucareira –, Victor Peluso Júnior, Maria da Conceição Carvalho, Nilo e Lizia Bernardes, Elza Coelho de Souza Keller, Renato Silveira Mendes e muitos outros.

#### IV. AS TENTATIVAS DE RENOVAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

A partir do golpe de 64, estimulado pelo governo militar, surgiu no estudo das ciências sociais uma tendência quantitativista com grande repercussão no campo da geografia. Nascia, assim, a chamada geografia quantitativa ou teórica que teve grande influência na UNESP, campus de Rio Claro, e na UFRJ no Rio de Janeiro. Os teóricos passaram a condenar a geografia clássica ou francesa e a apelar para o desenvolvimento do pensamento anglo-americano, dando maior importância aos modelos matemático-estatísticos e condenando o uso do trabalho de campo. Foi um período de grande influência de autores como Bunge, Harvey e outros que discutiam a natureza e o caráter da geografia. Era uma renovação favorável ao governo militar porque, fazendo trabalhos baseados exclusivamente em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas deste crescimento. Ela prenunciava os tempos atuais de globalização e de dissolução da soberania.

Os trabalhos produzidos nesta linha foram numerosos, sobretudo porque dispunham dos meios de difusão, de periódicos como o Boletim de Geografia Teórica e, com menos sectarismo, da revista Geografia, com grande difusão entre especialistas. Foram muitos os geógrafos desta corrente que se destacaram, como, entre outros, Antônio Christofoletti, Alexandre Filizola Diniz, Antônio Ceron, Pedro Geiger, Speridião Faissol, etc.

Com a abertura política e a possibilidade de uma discussão maior dos temas científicos nas universidades, surgiram várias correntes que são chamadas, geralmente, de geografia crítica. Ao nosso ver, esta denominação, apesar de consagrada, não é muito feliz, pois ela coloca em um mesmo grupo geógrafos com linhas de pensamento diferentes. Assim, pode-se desenvolver o pensamento crítico de Milton Santos que, tendo iniciado os seus estudos com temas regionais, passou, em seguida, a dedicar-se à chamada geografia urbana. Exilado na Europa e, após trabalhar na África e na América do Norte, deu grande ênfase aos estudos sobre o mundo subdesenvolvido em si, salientando as características fundamentais das sociedades do chamado Terceiro Mundo, em contraste com o mundo dito desenvolvido. Nesta fase a sua maior contribuição

foi em torno da economia urbana, tendo desenvolvido depois estudos sobre a própria natureza da geografia e o desenvolvimento por ela apresentado, sem abandonar as áreas antes desenvolvidas – geografia urbana e teoria geográfica –, para aprofundar mais a sua contribuição no setor da metodologia geográfica, da caracterização das formações socio-espaciais e dos problemas ligados à questão da cidadania. As várias fases foram marcadas por títulos hoje em grande evidência, como *A Região do Cacau*, *O Centro da Cidade de Salvador*, *O Espaço Dividido*, *Por uma Geografia Nova*, *O Espaço do Cidadão*, etc.

Com uma linha crítica bem acentuada, sem compromissos com tendências político-ideológicas, destaca-se a figura de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, que evoluiu da climatologia para os estudos de filosofia e teoria geográfica, com posição eclética; hoje, vem estudando a geografia da percepção em análise de romances e de ensaios não geográficos. Assim, ele deu uma contribuição importante à compreensão das obras de Gilberto Freyre e de Graciliano Ramos.

A influência da corrente marxista foi muito grande na década de Oitenta e início da de Noventa, embora esta corrente tenha apresentado várias tendências; havia o grupo mais ortodoxo que encarava o pensamento de Marx como dogmático e que seguia orientação, até certo ponto, traçada nos manuais da Academia de Ciências da URSS, querendo adaptar aos tempos atuais as afirmativas dos meados do século XIX, e que se mantinha meio alheio à realidade. Havia autores, sobretudo de livros didáticos, que procuravam escantear os problemas da geografia física, considerados desnecessários aos geógrafos, transformando, praticamente, a geografia em uma sociologia menor. Por outro lado, havia geógrafos que admitiam Marx como um pensador com pensamento dinâmico, com uma visão de totalidade e que, influenciados sobretudo por Caio Prado Júnior, formulavam o seu pensamento em função da praxis e aplicavam um marxismo dinâmico e verdadeiramente dialético. Não esquecer, entre outros textos, os ensinamentos de F. Engels na «Dialética da Natureza» e acompanharam com atenção os ensinamentos de geógrafos franceses como Pierre George, J. Tricart, Yves Lacoste, Michel Rochefort, etc. No Brasil, entre os geógrafos críticos de formação marxista, podem ser citados Ariosvaldo Oliveira, Maria Adélia de Souza, J. W. Vesentini e Manuel Correia de Andrade.

A aplicação do pensamento marxista à geografia brasileira levou à adoção de conceitos mais concretos, em substituição ao de modo de produção, utilizado apenas na reflexão teórica, ao abandono da idéia muito aceita desde o século XIX de que teria havido feudalismo no Brasil, a uma análise mais realista das relações entre cidade e campo e ao aprofundamento das idéias a respeito da forma capitalista da apropriação da terra, levando-se em conta a dependência do capital na expansão do povoamento e da transformação do espaço em território. Esta escola vem provocando a idéia da evolução da noção de região geográfica e da variação na distribuição das regiões pelo espaço brasileiro; ela abandonou a dependência em que era colocada a região, no meio natural, dando maior importância à organização humana.

Vem se desenvolvendo também uma preocupação maior com os problemas ligados ao meio ambiente, intensificando os estudos ecológicos à proporção que o país fica estarecido com o processo de destruição da natureza, sobretudo na Amazônia e no Centro-Oeste, com a expansão do desflorestamento; neste sentido vêm sendo feitos estudos, entre outros, de Orlando Valverde, Inês Garrido, Bertha Becker e Ariosvaldo Oliveira. Na verdade, a Amazônia, hoje, é tema de preocupação e de estudo tanto por geógrafos como por não geógrafos, como Samuel Benchimol e Lúcio Flávio Pinto. As preocupações ecológicas já eram sentidas, nos anos Trinta, por estudiosos como Vasconcelos Sobrinho, Dardano de Andrade Lima e Gilberto Freyre. Este, no livro Nordeste, aprofunda o estudo da poluição causada pelo lançamento da calda das destilarias de álcool nos rios da região, com prejuízos enormes para a população e a vida animal.

Hoje, com a acentuação dos problemas de meio ambiente, quer face à exploração desordenada dos recursos, nem sempre renováveis, quer em consequência da poluição da água e da atmosfera, os estudos ambientais vêm tendo uma grande aceitação e vêm se difundindo tanto em trabalhos propriamente geográficos como em trabalhos interdisciplinares.

Outra corrente que vem se expandindo é aquela referente à percepção, com estudos desenvolvidos, sobretudo em Rio Claro, por Lívia Oliveira, e, em Belo Horizonte, por Oswaldo Amorim Filho, com posições que se intercomunicam com pensadores europeus e orientais, como Yi Fu Tuan.

O processo de globalização, da estruturação e desestruturação das fronteiras políticas, ao lado da desagregação dos impérios tradicionais e da formação de zonas de influência e de controle econômico, vem despertando interesse pelos estudos de geografia política e de geopolítica, com grande impacto sobre o Brasil e a problemática sul-americana. No Brasil, a desestruturação do sistema federativo, em face do desnível de desenvolvimento entre os estados, e também a atração de porções territoriais brasileiras, por países vizinhos, do mesmo modo que a polarização para o Brasil de regiões desses países vizinhos, passando em seguida para a formação de tendências brasileiras para áreas extra-fronteiras, podem ser indicadas em três direções: o Sul, com a formação do Mercosul, numa associação entre o Brasil, Argentina, Paraguai e o Uruguai; o Noroeste, com uma tendência à expansão brasileira para o Caribe, passando pela Venezuela, pela Guiana e pelo Suriname; e uma terceira em direção ao leste, para o Atlântico e a África, aproximando o Brasil dos países ilhas oceânicas, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e, principalmente, de Angola.

No plano da geografia geral, os geógrafos se sentem atraídos pela análise da formação de blocos internacionais, como a ALCA, sob a hegemonia dos Estados Unidos, a União Européia, os países árabes e os países do Extremo Oriente onde a hegemonia é disputada entre a China e o Japão. Estas observações podem ser encontradas em alguns livros didáticos de segundo grau e de bom nível, como os de Malhem Addas. Acreditamos que a geografia brasileira,



muito voltada para o território nacional, enquanto o país realizava a conquista e a ocupação do mesmo, passa a ter, no século XXI, um maior interesse pela superfície da terra como um todo, ligando-se às preocupações e às repercussões do processo de globalização.

Na verdade, devemos compreender que a geografia brasileira não está construída, não concluiu ainda o seu processo evolutivo, ela segue um processo de construção que nunca terá fim; à proporção que ela vai sendo construída vai descortinando novos desafios que precisam ser respondidos. É um devenir que não se encerra porque a construção implica em uma permanente reconstrução. A solução de problemas vai sempre provocando o surgimento de novos problemas, em vista das transformações que a sociedade vai realizando.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de (1997) – *As raízes do separatismo no Brasil*. Recife: Editora Universitária.
- BONFIM, Manuel (1930) – *O Brasil na história*. Participação das Tradições. Degradação Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CÂNDIDO, Antônio (1962) – *O significado de Raízes do Brasil*. Prefácio à 3.<sup>a</sup> edição de Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CARVALHO, Delgado de (1910) – *Le Brésil Meridional; étude économique sur les états du Sud*. Paris: Garnier.
- CASTRO, Josué de (1945) – *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- CUNHA, Euclides da (1902) – *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert.
- CUNHA, Euclides da (1926) – *A margem da história*. 4.<sup>a</sup> ed. Porto: Livraria Chardan de Lello e Irmãos.
- FREITAS, Teixeira de (1941) – A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, a. 3, n. 3
- FREYRE, Gilberto (1943) – *Casa Grande & Senzala*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, Gilberto (1951) – *Sobrados e mocambos*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, Gilberto (1951) – *Nordeste*. Aspectos da influência da cana na vida e na paisagem do nordeste do Brasil. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro.
- FREYRE, Gilberto (1961) – *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1968) – *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares (1941) – Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, a. 3, n. 2.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936) – *Raízes do Brasil*. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LOPES, Raimundo (1970) – *Uma região tropical*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Fon Fon e Salet.
- MAGALHÃES, Agamenon (1970) – *O Nordeste brasileiro*. 3.<sup>a</sup> ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura.

- PRADO JÚNIOR, Caio (1933) – *Evolução política do Brasil*. Ensaio da Interpretação Materialista da História Brasileira. São Paulo: Empresa Gráfica. Revista dos Tribunais.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1943) – *Formação do Brasil Contemporâneo*. A Colônia. São Paulo: Editora Martins.
- RICARDO, Cassiano (1940) – *A marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1962) – *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- TORRES, Alberto (1933) – *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TORRES, Alberto (1933) – *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TRAVASSOS, Mário (1947) – *Projeção continental do Brasil*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.